

Educação enquanto questão social: valores humanos ou neoliberais?

Education as a social issue: human values or neoliberal values?

Alessandro Furtado Pacheco*

Antonio Flavio Barbosa Moreira**

Resumo: O estudo pretende analisar diferentes contingências que conduzem a educação, na conjuntura contemporânea, à privatização e ao aprofundamento das desigualdades sociais. O avanço do neoliberalismo no atual estágio do capitalismo traz transformações sociais, políticas e econômicas que têm como consequências a mudança de comportamentos e atingem, sobremaneira, as subjetividades. Enquanto fenômeno mundial, o neoliberalismo busca recompor as perdas decorrentes das sucessivas crises do capitalismo e induz novos modos de vida que interferem nas vivências e nas relações sociais. A implementação de planos e projetos políticos só fazem desdobrar conceitos que maculam o setor público e, ao mesmo tempo, propõe a reorganização social por formas de controle hegemônico em que alianças políticas se tornam corriqueiras, de forma que setores privados tenham inserção aguda sobre diversas áreas sociais. A educação, ao ser atingida, passa a apresentar particularidades que avançam rumo à privatização e à disputa entre conglomerados financeiros. O trabalho percorre uma linha investigativa que mobiliza os conceitos gramscianos de “hegemonia” e “Aparelho Privado de Hegemonia” para iluminar os processos que atravessam o setor educacional e, simultaneamente, reproduzem normativas alinhadas às exigências do capitalismo em sua fase avançada.

Palavras-chave: Educação; Aparelhos Privados de Hegemonia; Neoliberalismo.

Abstract: This study aims to analyze the various factors that, in the contemporary context, are driving education toward privatization and the deepening of social inequalities. The advance of neoliberalism in the current stage of capitalism brings about social, political, and economic transformations that result in behavioral changes and have a particularly profound impact on subjectivities. As a global phenomenon, neoliberalism seeks to recover from the losses resulting from capitalism’s successive crises and fosters new ways of life that interfere with people’s experiences and social relationships. The implementation of political plans and projects only serves to unfold concepts that tarnish the public sector and, at the same time, proposes social reorganization through forms of hegemonic control in which political alliances become commonplace, allowing the private sector to exert significant influence over various social areas. Education, once affected, begins to exhibit characteristics that drive it toward privatization and competition among financial conglomerates. This study follows a line of inquiry that draws on Gramsci’s concepts of “hegemony” and “Private Apparatus of Hegemony” to shed light on the processes that permeate the education sector and, simultaneously, reproduce norms aligned with the demands of capitalism in its advanced phase.

* Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis, licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Salgado de Oliveira e graduado em Psicologia pela UniAcademia, alefurt@gmail.com.

** Doutor em Educação pela Universidade de Londres e professor titular da Universidade Católica de Petrópolis, afmcju@gmail.com.

Keywords: Education; Private Apparatus of Hegemony; Neoliberalism.

Introdução

A conformação da sociedade em época de neoliberalismo remete a consequências relevantes para as áreas sociais. É impossível deixar de destacar a educação como uma área que atravessa permanentes conflitos e contradições no decorrer da ofensiva neoliberal e é necessário destacar os efeitos potentes de desigualdade que o estágio avançado do capitalismo produz nas sociedades. No que concerne à educação, atores diferentes em seus respectivos meios surgem e ressurgem para disputar suas fatias de lucro, enquanto os insumos educacionais são produzidos e oferecidos no mercado.

A questão social se faz nítida a partir do momento em que se faz necessário reestruturar o capitalismo diante de suas inevitáveis crises. Apesar da situação social herdada, os países do sul global enfrentam inúmeras dificuldades quando a questão é democratização do ensino. Então, quando os arranjos são instituídos a fim de promover qualidade e oferta educacional, os grupos financeiros também se organizam a fim de disputar e angariar espaço no mundo competitivo.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender de que maneira a educação passa a constituir um ativo financeiro em um determinado momento histórico. Quem são os agentes envolvidos na concorrência entre os conglomerados educacionais e quais são suas propostas? Essa discussão visa buscar respostas diante do crescimento da concorrência entre agentes privados do setor educacional mediante a investida sob a forma de reformas no Estado, em que determinadas estruturas desempenham papel substituto à questão social e intentam implementar alterações que correspondem a ajustes próprios de agências financeiras internacionais. No âmbito desse processo, a pretexto de reformar o Estado, transformações substanciais são engendradas, cujas consequências se manifestam sob a forma de intervenções que impactam de maneira contundente as camadas subalternas da sociedade.

Para isso, é necessário identificar de que maneira os agentes catalisadores de mudanças adentram as instituições educacionais e perpetuam sua ideologia, a ponto de conquistarem credibilidade de camadas mais vulneráveis. A imposição de valores neoliberais em setores que deveriam ser subordinados ao Estado acarreta mudanças

comportamentais e sociais que propalam em favor do neoliberalismo.

A construção do presente texto se dá através de uma abordagem investigativa e analítica, em que os autores citados aprofundam observações sobre as diferentes questões que se expandem à medida que os preceitos neoliberais invadem as instituições educacionais e buscam a reorganização social, ao mesmo tempo em que são implantados valores e normativas que atendem seus respectivos agentes. A partir do conceito gramsciano de Aparelho privado de Hegemonia (APH), são examinadas as instituições e seus respectivos atores, bem como os desdobramentos que esse processo projeta sobre as configurações societárias contemporâneas.

Hegemonia e privatização

Aspectos hegemônicos para compreender e tratar a educação têm se destacado de formas diversas em conjunturas também diversas. Pode-se até mesmo afirmar que a questão conjuntural se faz premente quando se pretende abordar as questões educacionais. Nos vieses do capitalismo, a sociedade se reestrutura a fim de se conformar como bloco hegemônico à medida que as crises sucessivas ocorrem. Os caracteres neoliberais se aprofundam com imensa carga de efeitos que não repercutem somente em questões excludentes próprias das salas de aulas, mas sobretudo na estruturação dos currículos e das instituições educacionais. Os diversos rumos que o capitalismo dá à sociedade se propõem a definir aspectos importantes que são típicos da definição referente ao bloco histórico que já está, por si, conformado.

É necessário que as consciências sejam ganhas pela ideologia dominante. Numa sociedade estratificada, a insurgência das massas pode ser, por demais, ameaçadora. Outrossim, as formações sociais ocorrem e se sustentam quando as condições propícias já estão apresentadas. Gramsci (1999, p. 36), ao referenciar-se a Marx na obra “Introdução à crítica da economia política”, traz dois princípios por ele elencados:

- 1) O de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.

A esse respeito, as relações superestruturais se consolidam quando se trata de instituições educacionais. O modelo já presente, de privatização da educação em vários âmbitos passa a ter maior amplitude e altera a função social da educação como direito de todos. Conquanto haja privatização, esta tende a se ampliar a fim de fomentar as relações que já se consagravam como essencialmente capitalistas. O neoliberalismo passa a ser o modelo de gestão social e penetra notoriamente as subjetividades. Não se deve pensar, nem mesmo quando se trata de um direito universal, como algo desvinculado da lucratividade. Essa ideologia vai sobrepujando as relações e insiste em ser o horizonte possível.

A responsabilização sobre a educação passa a ser atribuída não ao setor público, mas o setor privado alcança as instituições educacionais com objetivo de alçar amplitudes memoráveis. A legitimação da educação como direito universal tende a ser flexibilizada, uma vez que essa nova lógica é por demais segregadora, ao mesmo tempo em que pega carona na crença neoliberal que privilegia o privado em detrimento do público. As intervenções curriculares que atingem os currículos (como o Novo Ensino Médio, por exemplo) impõem um dinamismo à educação de forma que o dualismo inerente às desigualdades educacionais se torna ainda mais característico e presente. Os fatores combinados conformam a estrutura social que impulsiona o estágio atual do modo de produção capitalista.

Há que se pensar que a sociedade capitalista, impregnada atualmente de valores que tendem a consolidar as relações de concorrência e competitividade, sobrevive com a perpetuação de uma ideologia hegemônica. É imprescindível o funcionamento em acordo com os pressupostos dominantes pois somente dessa forma o grupo hegemônico se mantém como preponderante na luta de classes. Ainda, conforme Gramsci (1999, p.42):

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.

Instala-se, dessa forma, uma lógica na qual a privatização se consolida como condição fundamental para a perpetuação institucional, convertendo direitos universais como educação e saúde em mercadorias submetidas à lógica capitalista. Somadas a esse movimento, a ofensiva neoliberal aprofunda a redução sistemática dos investimentos públicos, esvaziando progressivamente o papel do Estado na garantia desses direitos. O avanço de lideranças autoritárias em diferentes partes do mundo reforça a implementação de políticas sociais que resultam no desmonte de conquistas históricas das classes subalternas. Por sua vez, a desregulamentação da economia amplia o espaço para a concorrência e a expansão do livre-mercado, favorecendo a ascensão de atores privados que passam a disputar posição de protagonismo no campo educacional.

O impacto da privatização em instituições educacionais assume uma dimensão poderosa, a ponto de atingir a forma em que o Estado conduz suas políticas públicas. A destinação de verbas e a atribuição de funções (elaboração de currículos, por exemplo) incidem sobre os valores que consideram a educação como um direito, de forma que certas noções e conceitos pareçam estar alterados: quem tem as rédeas do setor educacional agora está vinculado à iniciativa privada e, muitas vezes, líderes que se formam se apresentam como filantropos.

Toda a conformação que se dá mediante as modificações conjunturais decorrentes das contradições do capitalismo a partir das décadas de 70 e 80 tendem a configurar um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (Harvey, 1989). As tensões geradas pela instabilidade econômica e o temor diante da organização das massas trabalhadoras impõem à classe dominante a urgência de superar o regime rígido do fordismo. flexibilidade das relações de trabalho são urgentes, de forma que alterações nas relações trabalhistas promovem uma movimentação ampla. A competitividade se torna modelo padronizado para as empresas e cada sujeito deve se oportunizar no mundo como uma empresa. Estabelece-se, assim, um regime de acumulação flexível que se adequa à etapa do capitalismo que se conforma.

Sendo assim, a educação como valor universal também assume característica de mercadoria. Esse aspecto se torna superlativo quando os espaços passam a vender a educação como um bem que se consome e não como um valor subjetivo que contribui para a formação humana. O contraste entre essa acepção, que por ora é observada

mediante a análise conjuntural presente em ambientes educacionais, e a noção descrita em documentos e legislações pode ser constatada por Cury (2008 p. 300):

A educação básica, por ser um momento privilegiado em que a igualdade cruza com a equidade, tomou a si a formalização legal do atendimento a determinados grupos sociais, como as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, como os afrodescendentes, que devem ser sujeitos de uma desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações, tanto pelo papel socializador da escola quanto pelo seu papel de transmissão de conhecimentos científicos, verazes e significativos.

Mesmo que a função social da escola continue a ser estimulada, a nova racionalidade pautada na flexibilização do trabalho, na competição entre os sujeitos e na empresarização da educação se consolidam como ideais no mundo neoliberal. Isso leva a novos modelos de gerir a educação também se estabeleçam.

Privatização e financeirização

Para se adequar à conjuntura em que se expandem formas concorrenciais no mercado, grandes conglomerados se formam até mesmo na educação. O capital se reorganiza e precisa ser gerido de maneira especial, em que os blocos econômicos se transformam em oligopólios financeiros. Essa nova lógica é acompanhada pela racionalidade neoliberal que pressupõe a empresarização dos entes como a principal garantia para girar o mundo capitalista. Portanto, é imprescindível a valorização robusta do capital.

O setor privado corporativo precisa se afirmar no grande mercado e, para isso, assume responsabilidades que anteriormente eram próprias do Estado. Esse processo ocorre de maneira desigual e combinada e atinge antes os países centrais do capitalismo para, conseqüentemente, disseminarem no entorno do sul global. Os bens de acesso público devem ser privatizados, já que a lógica mercantil evolui a fim de desregulamentar a economia. A globalização demonstra relação intrínseca com a financeirização da economia (Adrião e Araújo, 2023). Dessa forma, o Estado passa a se desresponsabilizar, aos poucos, de seus deveres públicos e estes são endereçados à iniciativa privada. Todo esse processo ocorre enquanto atores privados se infiltram na educação pública sob a

lógica mercantilista que caminha em acordo com a globalização. Os acontecimentos que se sucedem de forma a ampliar cada vez mais a privatização da educação obedecem à reorganização do capitalismo, pois a concorrência ultrapassa as barreiras nacionais e, assim, tende a seguir a movimentação internacional que desregulamenta as próprias fronteiras continentais.

Conforme já explicitado anteriormente, faz-se necessário reorganizar o capitalismo quando as crises se instalam, já que o sistema sobrevive através de situações contraditórias. Nesse caso, o crescimento econômico não deve acontecer se não ocorrem também ofertas de serviços que mantêm as bases do capital. Decorre daí a instalação de novidades mercadológicas que possam se apresentar como reguladores de uma nova ordem. Apesar de a transformação da educação em mercadoria não ser novidade (Adrião e Araújo, p.8), o avanço desse modelo organizacional assume proporções maiores a partir da chegada da ultradireita ao poder em 2019 no Brasil. A privatização alcança patamares à medida que bases governistas possibilitam a entrada do ramo privado em âmbitos educacionais.

Já que está dada a ordem de competição, é necessário que a acumulação aconteça e que esteja em acordo com as diretrizes que regem o capitalismo em determinada época. Como postula Harvey (1989, p. 171):

A ascensão de um regime particular de acumulação tem de ser vista, então como agora, como o resultado de todo um conjunto de decisões econômicas e políticas, que de modo algum sempre são dirigidas conscientemente para alcançar este ou aquele fim específico provocadas por persistentes manifestações do problema de superacumulação.

Segundo essa lógica, a formação de conglomerados educacionais avança na mesma proporção em que grandes empresários passa a enxergar a educação como um lucrativo segmento de mercado. O ponto de inflexão ocorre quando algumas escolas particulares se convertem em ativos consolidados no mercado financeiro. O interesse de investidores capitalistas no mercado educacional se dá por conta de processo de superacumulação próprio da contemporaneidade e arregimenta setores que tendem a se fixar no mercado com uma visão apontada para o lucro. Assim se evidenciam a aproximação de holdings com grupos educacionais. Nessa união, os grupos determinam

um novo sistema de funcionamento em que metodologias com o aspecto de modernização cada vez mais avancem até mesmo sobre a educação pública.

Se diversas legislações, como a Constituição Federal, possibilitam a abertura da educação ao setor privado e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº.9394/96) possui em seu âmbito todo um arsenal que condiciona a aproximação cada vez maior da educação com setores privados, é importante destacar que esta última lei é elaborada em contexto de aprofundamento dos ideais neoliberais que confluem ao estreitamento das privatizações de serviços públicos. Dessa forma, as legislações apresentam de forma conseqüente uma aproximação nítida com a iniciativa privada assim como também com setores que objetivam lucro permanente em suas atividades. A partir de então o Estado passa a ter um papel significativo na forma como se dá essa união entre educação e os setores privados (Leher, 2023).

Os fenômenos relacionados à expansão do capitalismo tendem a impulsionar o mercado financeiro à abranger áreas como saúde e educação. O mercado educacional tende, dessa forma, a se expandir em decorrência da desregulamentação econômica e no modelo de modificação de acesso aos serviços sociais, agora amparados por cada vez mais intenso financiamento público.

Nota-se assim uma mudança de estágio no que diz respeito ao avanço da ação dos atores privados em direção à formação de conglomerados de forma que investidores diversos, como corporações, bancos e famílias, passam a ter influência sobre o setor educacional (Adrião e Araújo, 2023). A educação tende então a se ligar a investimentos que podem ser até mesmo internacionais de maneira que a capilarização dos setores privados adentre o espaço público (Adrião et al, 2009).

O modelo instalado em que o privado angaria privilégio em detrimento do público assenta na crença difundida de este ser inferior àquele. Ao se institucionalizar, amparado por legislações já citadas, a parceria entre o público e o privado passa a evidenciar características, conforme discute Adrião et al. (2009, p. 806-807):

Cabe salientar que a relação da empresa privada com a educação pública merece atenção destacada, tendo em vista a constatação dos seguintes aspectos: falta de controle social ou técnico, fragilidade conceitual e pedagógica dos materiais e serviços comprados pelos municípios, duplo pagamento pelo mesmo serviço, vinculação do direito à qualidade do ensino submetida à lógica do lucro e

padronização/homogeneização de conteúdos e currículos escolares como parâmetro de qualidade.

O impulso tomado pela privatização da educação de forma a englobar diversas instituições em conglomerados tem sua expressão na implementação do Programa Universidade para Todos – Prouni (Brasil, 2005), Na medida em que isenções fiscais passam a ser aplicadas até mesmo para instituições com fins lucrativos. Dessa forma, alguns grupos privados passam a sobressair no mercado e estabelecem um modelo de competitividade que se torna a marca do neoliberalismo em ascensão. Leher (2023, p. 39) afirma: “As referidas renúncias fiscais aproximam as mercantis das filantrópicas com a exceção da contribuição patronal para a previdência social dos funcionários da instituição, exclusiva das últimas”. Nota-se grande participação do Estado no arranjo de possibilitar que a privatização avance, com a facilitação de expansão de organizações que almejam lucros. Como consequência, o capital favorece ainda mais a participação de grandes grupos privados sob a forma de Sociedades Anônimas, com grande capilarização em todo o território brasileiro (Leher, 2023). Perfaz-se assim, um terreno amplo e fértil para o setor privado alcançar, cada vez mais agressivamente, o setor público.

Toda a desregulação econômica implementada com a abertura do mercado, com a dispersão de relações capitalistas em regiões diversas e com o solapamento das identidades tradicionais nacionais ou de classe (Harvey, 2006), repercutem na difusão global da privatização, alcançam a educação em momento de nítida desprofissionalização da docência e infundem uma racionalidade que elege os mecanismos de privatização como prioritários diante de um momento de crise. Diversas estratégias são, então, elencadas para convencer as massas de que insumos educacionais podem ser comercializados.

O Estado tem papel crucial numa conjuntura como essa já que a ele cabe o papel de instalar um controle sobre as classe subalternas em vias de implementar um poderio ideológico que interessa à ideologia dominante. Determinados aspectos que já se encontram enfraquecidos, como a dessindicalização e a dificuldade de formação de uma identidade profissional consubstanciada, podem apontar, via de regra, para a busca de soluções imediatas para as dificuldades reincidentes. Assim, é necessário implementar um projeto de austeridade que culmine na retirada de direitos da classe dominada.

Ainda que o Brasil tenha ingressado em um projeto de governo de orientação democrática após a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, o período de

fascistização vivenciado durante sua gestão legou resultados amplamente negativos, evidenciados em derrotas emblemáticas como o negacionismo científico no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e o isolamento da política externa brasileira. Nesse cenário, segmentos econômicos passaram a se aproximar do governo Lula da Silva com o intuito de condicionar sua agenda a parâmetros compatíveis com a lógica da austeridade (Leher, 2024). Dessa forma, os mecanismos continuam a ser executados sem perder o vínculo com o aparato capitalista. Dessa forma, instala-se a primazia do setor privado como resolução para as crises imediatas.

A educação ganha, assim, a configuração de um bem de consumo que apresenta um mercado atraente em que os gastos com esse setor aumentam em valores absolutos mas permanecem estáveis em relação ao PIB por aluno (Laval, 2019). Esse fenômeno é desencadeador da crise que interfere nas subjetividades e assola o setor público enquanto privilegia o mercado educacional privado. As condições de ensino se tornam mais precárias, até porque mecanismos de austeridade levam à imbricação dos dois setores de forma que grande parte da verba pública se destina à educação privada. Alguns atores que participam do grande filão da educação privada atuam politicamente com o intuito de regulamentar vantagens para grandes grupo privados. A degradação do setor público se torna visível nessas situações e adentra o imaginário coletivo. Esse processo se dá em era neoliberal de avanço de privatizações. Segundo Laval (2019, p. 133):

A grande tendência do período que estamos vivendo é a competição mais direta dos sistemas educacionais nacionais em um mercado global. Essa evolução encoraja a aplicação dos dogmas livre-cambistas no campo da educação e estimula a utopia de uma vasta rede educacional mundial, transfronteiriça e pós-nacional. Segundo essa concepção, a instituição escolar de estado deve ser, se não jogada de vez na lixeira da história, ao menos dividida de acordo com a rentabilidade dos segmentos que a compõem.

À medida que o fluxo do capital aponta para os processos cada vez mais austeros em relação à privatização da educação, a tendência dos governos neoliberais é diminuir os gastos públicos. As consequências incidem até nos ganhos salariais dos profissionais da educação, com as políticas remuneratórias que não chegam ao pagamento do piso nacional do magistério em grande parte dos estados brasileiros. Para o grande mercado do capital, as medidas austeras são necessárias para o estabelecimento permanente das desigualdades: quanto mais se desprivilegia o setor público, maiores serão os

investimentos para o setor privado. A comodificação da educação alcança, dessa forma, um patamar diferenciado e necessário a fim de perpetuar as diferenças.

Ao alcançar o setor público como alvo certo, torna-se nítido o projeto de privatização com o viés de aprofundar suas táticas e adentrar o espaço do público de forma assertiva, modificando o comportamento e até mesmo legislações. Ainda que anteriormente haja feito a citação da ultradireita, aspectos anteriores demonstram já interesse em sucatear ganhos sociais como a EC nº95/2016 que instituiu um corte de gastos e se desvincula da meta de 10% do PIB do PNE de 2014, enquanto os anos subsequentes expressaram um giro na política econômica e intensificação do ajuste fiscal (Leher, 2024). O avanço do setor privado, com a flexibilização de legislações que o amparam com verbas públicas, leva à ampliação de instituições financeirizadas e prestigiadas com dinheiro proveniente de cofres públicos. Esse mecanismo favorece o aumento de instituições particulares com fins lucrativos, assim como também o aumento de matrículas nesse setor.

O grande mercado da educação financeirizada

Ao se fortalecerem como instituições que participam ativamente da sociedade, as instituições educacionais privadas navegam na lógica do senso comum que desampara ideologicamente a educação pública. Enquanto participam como grandes conglomerados que competem entre si, tais instituições podem ser consideradas Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) segundo a caracterização de Gramsci (2001). A disputa do fundo público para financiamento do setor privado é estabelecida como nexos importantes do capitalismo avançado e do avanço neoliberal. A classe dominante, por sua constituição dividida internamente, espera alcançar fatias sempre maiores de verbas públicas.

Os grupos financeiros que disputam a educação básica e, posteriormente também a educação superior, estabelecem entre si táticas agressivas de competitividade e inserção no mercado por meio de aparatos tecnológicos e insumos diversos. Essa lógica da financeirização instituiu em 2021 o grupo Eleva como um grande grupo educacional privado, diante da aquisição de grande número de escolas da Rede Cogna por um montante financeiro próximo aos R\$ 100 milhões (Adrião et al, 2025). É importante perceber que, apesar de uma intenção inicial de oferta de escolas para as classes sociais

mais abastadas, o grupo também se capilariza em áreas de concentração de renda menor, em que se situam grupos sociais subalternos.

A educação, então, se irradia como um poderoso negócio em um terreno em que as disputas são cada vez mais acirradas posto que

Enquanto as escolas públicas enfrentam desafios como a falta de recursos básicos e a desvalorização de seus profissionais, as escolas privadas são cada vez mais controladas por grupos empresariais que priorizam a rentabilidade e propalam o oferecimento de padronizada qualidade educacional assegurada na proporção do que as famílias podem pagar para ter. Na vitrine das hierarquias sociais, a qualidade das escolas está diretamente associada à renda das famílias (Adrião et al, 2025).

A lógica que passa a reger o mercado educacional se configura, agora, sob o prisma de que a instituição escolar de origem pública, se não extinta, deve ter sua rentabilidade dividida com os outros segmentos que a formam a educação (Laval, 2016). A plataformização da educação dispõe materiais que indicam uniformização de metodologias e a abordagem gerencial assume de forma avassaladora o logradouro da educação pública. Esse processo se dá em consonância intensa com o aprofundamento do ultraconservadorismo e o alinhamento com políticas públicas que assumem nitidamente o tom gerencialista através da implementação de currículos que difundem suas próprias visões de mundo. Assim, empreende-se uma forma de governar que se distancia dos pressupostos democráticos que conectam a escola pública à sua relação com a comunidade escolar e que levavam à compreensão da educação como formadora de ideais humanos coletivos. Percebe-se, assim, um hiato entre os próprios documentos que regem políticas educacionais anteriormente, como a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e seus pressupostos de encontro à defesa dos ideais da escola pública. Para Farias (2023, p.5):

A reforma do estado dos anos de 1990, no Brasil, implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC(1995-2002), para atender às exigências da reestruturação produtiva e ao alinhamento aos ordenamentos dos organismos internacionais, incorporou à gestão educacional a perspectiva empresarial de adesão às teorias pós-fordistas de administração gerencialista e de qualidade total. Isso significa contrapor a educação como formação humana, amparada aos princípios democráticos por meio da participação efetiva da comunidade escolar. Ainda que os princípios da gestão democrática, presentes na Constituição de 1988 e, mais tarde, na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação de 1996, sinalizassem parte da pauta dos movimentos sociais e populares docentes em defesa da escola pública, a gestão democrática foi reduzida, com força nas ações implementadas pela administração pública de FHC, à autonomia relativa da direção escolar e na captação de recursos financeiros junto à denominada sociedade civil, para cobrir a lacuna deixada pelo Estado mínimo, em consonância com o ideário neoliberal.

Dessa forma, amplia-se a noção que leva o pensamento empresarial infiltrar-se nos órgãos públicos de educação e passa-se a difundir a concepção de empresa como modelo administrativo, a fim de promover o alinhamento entre profissionais da educação e o mercado mundial, que se destaca por transmitir, de forma resoluta, o pensamento gerencial das elites dirigentes (Laval, 2019). Esse fenômeno tem seu viés internacionalista, com ímpeto de construir a educação enquanto grande filão no mundo capitalista e induzir as mercadorias capitalistas desse setor serem difundidas amplamente.

Para De Conti e Villen (2023) a educação vai sendo implementada como um projeto financeiro pois difunde-se uma lógica que leva os investidores olharem o mundo como um diagrama em que seus ativos podem ser realocados a cada instante. Os títulos e ações passam a ser comprados e vendidos com certa facilidade, característica da liquidez do mercado mundial. O risco que se apresenta a partir daí é a perda da soberania das nações diante do projeto de internacionalização da educação na era de sua financeirização. Para Laval (2019, p. 135):

Não há dúvida de que essa tendência pode pôr em xeque todas as estruturas do arcabouço nacional de educação, desde os princípios que regulam as obrigações dos alunos e das instituições até o valor dos diplomas concedidos em território nacional. Isso poderia abrir um mercado de formação superior e de diplomação dentro de um espaço mundial desregulamentado, fornecendo meios suplementares de imposição simbólica e dominação econômica a nações e empresas que já desenvolveram muito seu potencial educacional.

É nítida a participação proposital de empresários de diversas áreas no setor educacional com o discurso de melhorias significativas e de implementação de metodologias que coadunam com modelos que se afirmam como introdutores de reformas que penetram de forma burocrática a fim de reger os segmentos da educação pública. Esse movimento articula elementos que intervêm diretamente na organização do serviço público, impulsionando reformas orientadas, progressivamente, ao corte de gastos e à reestruturação das secretarias mediante a inserção de representantes do setor empresarial. Assim, a empresa é eleita como o modelo ideal a ser seguido pois sua aplicação denota

infalibilidade. Enquanto a implementação desse projeto avança, descreve-se também a intencionalidade de destacar as lutas sociais como fracassadas e introduzir na consciência da classe trabalhadora o ideal meritocrático e o empreendedorismo como forma suprema de superação.

Tais propósitos visam interferir sobremaneira na sociedade a fim de minar a consciência de classe e impor constructos neoliberais como infalíveis. A atuação de intelectuais orgânicos de áreas distintas em sua chegada à educação convence as classe subalternas sobre a necessidade de apostar no individualismo, ao mesmo tempo em que fortalece a noção mercantilista e protagonista da presença do empresariado na educação. Farias (2022, p. 10) argumenta:

A movimentação mercantilista não se dá somente entre empresas e poder público, mas por um mecanismo complexo de articulações entre APHEs, empresas e diversos aparelhos do Estado, no processo de privatização, com a participação direta dos prepostos, terceirizando o papel do poder público na oferta e no atendimento das demandas educacionais e dando centralidade ao de financiador do projeto empresarial.

A caracterização das organizações que se constituem como Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial (APHE) tem seu fundamento na análise de Virginia Fontes (2010), e em estudos que comprovam a ascensão de modelos gerenciais de penetração no setor educacional público, onde a classe dominante se aventura para perpetuar sua dominação ao mesmo tempo em que promove a subsunção da educação pública à forma de mercadoria. Ao entranhar na educação pública principalmente, o terreno vislumbrado é fértil para a apresentação dos produtos que passam a ser conhecidos e difundidos em alta proporção, de forma que conglomerados educacionais se tornam referências para setores educacionais diferentes.

Aos grandes conglomerados que se colocam em torno à educação, junta-se a contenção de gastos públicos que é imposta pelas políticas de austeridade com a intenção de propagar a crença da necessidade de um Estado mínimo e a inserção de métodos inerentes ao capitalismo avançado, o que incide sobremaneira sobre os serviços públicos. Para De Conti e Villen (2023, p. 7):

Desnecessário dizer, essa política permanente de contenção de gastos públicos, tem óbvios efeitos sobre os serviços públicos. Nota-se, portanto, um canal direto de impacto da financeirização sobre as

possibilidades de atuação do estado, nos mais variados setores, inclusive na educação. Não há dúvida, portanto, que a crise na educação pública brasileira, embora antiga, tende a ser reforçada pelo contexto de financeirização.

Enquanto é desferido o ataque da financeirização da educação mediante as APHEs, os conglomerados educacionais crescem e surgem em molda a crise financeira que se abre em 2008, e impõe valores curriculares adversos ao modelo de educação crítica e calcada em valores humanos. Dessa forma, as corporações que assumem a educação intentam desenvolver metodologias solidificadas a partir das crenças e modelos gerencialista e, assim, assolam o terreno próprio da educação pública. Essa ideologia se apresenta num crescente, afim de conquistar o espaço aberto pelo tensionamento advindo da propulsão que as forças neoconservadoras alcançam na sociedade contemporânea.

Financeirização, novo momento econômico e conjuntura

A situação conjuntural mundial reflete, precipuamente, caracteres de medidas de austeridade que visam entranhar na sociedade a fim de controlar economicamente e ideologicamente os sujeitos. O avanço do neoliberalismo que, embora tenha hibernado nos anos de ouro do capitalismo democrático (Singer, Araújo e Belinelli, 2021), irrompe sob forma autoritária anos depois, mais precisamente a partir dos anos 1980, com as medidas contenedoras de Margaret Thatcher. O Estado de bem-estar social que parecia ter amparado gerações começa a dar sinais de desgaste de forma que manobras políticas são desenvolvidas para o restabelecimento do capitalismo.

Os reflexos das medidas de austeridade alcançam diferentes partes do globo terrestre e incidem sobre conquistas já garantidas à classe trabalhadora. Porém, o fato crucial que desemboca a miríade de efeitos que solapam as organizações de classe pode ser anunciado com a crise da bolha imobiliária nos Estados Unidos (2007-2008), em que se institui o marco de um processo avassalador e progressivo, em que uma crise financeira passa a acompanhar a humanidade e altera até mesmo a configuração do capitalismo internacional. A classe trabalhadora, então, passa a apresentar traços inerentes à etapa do avanço do neoliberalismo. Segundo Singer, Araújo e Belinelli (2021, p. 209):

O capitalismo neoliberal precarizou e fragmentou internamente a classe operária, com a expansão das atividades por conta própria, intermitentes, etc. O trabalhador precarizado não conhece os seus companheiros de trabalho, não tem local fixo nem horário determinado de jornada. A “uberização” do mercado laboral obriga os que vivem do próprio esforço a dispor cada vez menos das garantias “relacionadas ao trabalho”.

Toda essa crise que se instaura, ainda que sua dimensão financeira seja a mais imediatamente visível, engendra consequências de alcance internacional que evidenciam a necessidade de superação do modelo neoliberal já consolidado. Para isso, deve-se conformar um arranjo político-econômico que incida mais ofensivamente sobre os trabalhadores, mas que mantenha um caráter ideológico capaz de suportar as vicissitudes da própria crise. Assim, é necessário uma construção subjetiva que propale uma estratégia de sobrevivência, mesmo que em meio a uma crise, e que garanta a sobrevivência do sistema. Entram em cena, assim, os neoconservadores. Para Masson e Lima (2025, p.4):

Os neoconservadores normalmente posicionam-se de forma contrária às políticas afirmativas e à defesa dos direitos humanos, incluindo as questões de gênero, etnia e sexualidade; defendem valores cristãos como estratégia política; são obcecados por valores nacionalistas e defendem a ordem e a segurança. Por isso eles são favoráveis ao armamentismo e são negacionistas quanto ao avanço do conhecimento científico para dar respostas aos problemas sociais que não condizem com seus valores morais.

É exatamente nesse contexto que se faz necessário implementar projetos que aprofundam as desigualdades. O conjunto de contradições pertencentes ao estágio do capitalismo avançado, em que aumenta o grau de exploração, adentra o próprio sistema o que se relaciona intimamente com o poder que o Estado precisa assegurar-se. Conforme Mészáros (2021) o Estado sempre cumpriu seu papel, afirmou seu poder e está, assim, capaz de impor à reprodução social certas necessidades históricas subjacentes à caracterização de sua época. Torna-se, assim, infalível o avanço de medidas que postulam caráter autoritário e deixam nítida a necessidade de controle e coerção. Como forma de expressão e conduta, o neoconservadorismo entranha a sociedade a fim de propalar uma ideologia que, a princípio, parece socorrer às massas.

Ao empreender essa jornada rumo à austeridade, aponta-se também uma perspectiva que demonstra todo o caráter de desmonte da atividade estatal em acordo com a reestruturação capitalista. É necessário que os direitos sejam subtraídos e que a

desregulamentação do capital aconteça: enquanto o neoliberalismo, com suas correntes neoconservadoras impõe pressupostos ideológicos que incidem sobre as classes em fragmentação, todo o arcabouço econômico só faz atender ainda mais à ofensiva neoliberal. Nesse momento histórico, o Estado deixa de ser considerado como espaço em que irrompem as lutas de classe e para ceder lugar ao setor privado. Assim, enfraquecem-se as lutas dos trabalhadores pela lógica apreendida pelo capitalismo de que “o público é pior do que o privado”. Espaços que anteriormente seriam coletivizados e exporiam a relação capital/trabalho, com a reestruturação capitalista cedem seu lugar à conciliação entre o público inerente às massas e sua classe antagonica.

A crença em que o serviço público não-estatal é mais eficiente é extremamente viável para o funcionamento social, assim como também para o surgimento de diversos organismos que intencionam formular uma nova ordem mundial. Formula-se assim um debate hegemônico que repercute de forma veloz nas diversas camadas sociais e afeta tanto as camadas subalternas quanto o conjunto de trabalhadores, pois todos estarão expostos à reestruturação. Os recursos públicos agora tendem a financiar os organismos do “terceiro setor” que reproduzem políticas próprias do governantes. Estes, por sua vez, ainda que se identifiquem com setores “progressistas”, implementam o neoliberalismo como a alternativa possível. Para Montaño (2010, p. 19),

o debate do “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória.

As formas de reorganização capitalista se inserem na realidade do contexto de crise e apontam a um rumo que vem à tona como resolução dos problemas para as classes subalternas, porém o que está em jogo é a classe dominante em seu processo de luta para perpetuar sua hegemonia. Assim, é necessário que o sistema se reconfigure para aprofundar as medidas austeras capitalistas e proponha alternativas que pareçam descaracterizar o sentido da competitividade inerente ao sistema. Essas alternativas apontam, de forma inequívoca, para ganhos sociais que iludem as massas como se estas fossem as privilegiadas. Esse processo se consolida pelo aprofundamento do

neoliberalismo e pela conseqüente resposta que deve ser apresentada às classes subalternas a respeito às questões sociais.

As desresponsabilização estatal institui um mecanismo que leva à atribuição a setores privados de funções que outrora eram de cunho estatal e que tinham como pressuposto ampliar a universalização de direitos aos cidadãos. A partir da instituição de medidas compensatórias, esvazia-se o debate a respeito da superação da ordem e normaliza-se a inserção de organizações financeirizadas no setor público. Desenha-se, a partir daí, um panorama que altera a configuração da educação pública e se desenvolve um caminho que a situa em acordo com níveis estruturais de reorganização do capital, em que sua posição se subordina até mesmo a organismos internacionais. Segundo Masson e Lima (2025, p.6):

No contexto dessas reformas, constitui-se um complexo movimento de correlação de forças para reorganizar a política educacional brasileira, de modo a influenciar as decisões governamentais. Nesse campo de disputas, alguns grupos empresariais despontam como protagonistas, pois possuem controle econômico, midiático e influência política, utilizando-se de estratégias de voluntariado/filantropia e do apelo ideológico da responsabilidade social das empresas.

No início da implementação de práticas empresariais no setor educacional, houve um processo de propagandas em massa por setores de alto alcance pelas mídias, a fim de inculcar a noção de voluntariado na educação ao mesmo tempo em que se divulgava a eficiência de gestões privadas no setor público. Fatos que dão seqüência a esse processo insurgem como propaladores de formas organizativas que participam inclusive da elaboração de documentos curriculares, com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e se inserem nos espaços em que o Estado, agora desresponsabilizado, pode não atuar. Assim, os APHEs se destacam como grandes elaboradores de normativas que passam a reger as instituições educacionais.

A forma de privatizar os serviços públicos e ao mesmo tempo lhes dar a impressão de garantia de atendimento social deve sua inserção mediante a instalação de formas de governar que vieram com o objetivo de promover reformas ao Estado. Os ajustes estruturais implantados por governos e mentores neoliberais cujo propósito se define como promotor de garantias de serviços públicos de melhor qualidade. Para isso, o momento conjuntural ideal se fez no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-

2002), em que se apercebe a redução do Estado e a utilização de estratégias gerenciais a fim de execução de serviços para o atendimento público.

Esse processo, a medida em que é implementado, é o realizador das sequenciais contrarreformas que ocorrem no Brasil e que intencionam distanciar cada vez mais o Estado de sua responsabilidade social a fim de induzir, de forma consequente, a privatização de serviços públicos. De acordo com Montañó (2010, p. 46):

Assim, a gestão e prestação de sérvios sociais e assistenciais, a partir do processo de privatização e descentralização (chamado ideologicamente de “publicização”), se autonomizariam dos controles e mecanismos democráticos existentes (mesmo que limitados e insuficientes) no âmbito estatal: contratos temporários, inexistência de concursos públicos abertos e obrigatórios, segundo critérios técnicos e de carreira profissional, inexistência de licitações públicas, inexistência de controles sociais sobre os gastos e recursos, garantia de continuidade dos serviços , entre outros processos.

Os mecanismos instaurados a partir dos planos que reformam o Estado a fim de aproximá-lo aos parâmetros neoliberalizantes o destituem da participação social no alcance de objetivos junto aos setores sociais mais precarizados e impõem um projeto político que desresponsabiliza o capital de sua atuação junto à questão social. O alinhamento desse projeto encontra correspondência junto a setores empresariais que preconizam o estreitamento do vínculo entre setores privados com a educação pública e visam garantir, por meio de discursos de melhoria e de ampliação de atendimento, a facilitação da entrada da privatização da educação de formas cada vez mais frequentes.

Considerações finais

O intrincado processo de aprofundamento de contrarreformas atinge de forma incidente a educação brasileira. A conjuntura neoliberal só aprofunda o processo de mercantilização da educação e implanta noções que privilegiam o setor privado em detrimento do público. Dessa forma, as subjetividades são controladas a partir de ideais que apregoam modernizar o ambiente educacional e atingir, com seus aspectos inovadores, diversas camadas sociais.

Os acontecimentos que envolvem esse processo não podem ser considerados de forma segmentada, até porque as vicissitudes que lhes caracterizam são decorrentes de um contexto próprio. O projeto educacional que se impõe atravessa mudanças no decorrer do tempo que representam perdas significativas principalmente para camadas sociais menos privilegiadas, de forma que, no decorrer do tempo, direitos históricos conquistados passam a ser considerados antinaturais.

É exatamente na conjuntura de descaracterização do Estado como fomentador de direitos que grandes grupos empresariais despontam a fim de conquistar espaço diante de grupos que creem cada vez menos em ideais coletivos. O alcance dos conglomerados impõe medidas e determinações que tocam as subjetividades com promessas sedutoras e modernas. Dessa forma, instala-se um mercado educacional competitivo, cujas organizações disputam acirradamente seu lugar no jugo capitalista. Os modelos que lhes representam apontam perspectivas que prometem a eficiência na escola a partir de metodologias inovadoras, sempre entrelaçadas em políticas de avaliação competitivas e meritocráticas. Depreende-se, daí, a perda da função social da escola e o avanço de um papel que remete a ideias empresariais.

Os diversos conglomerados que disputam acirradamente o terreno da educação mercantilizada desvinculam-se das propostas sociais da educação, implantam ideologias gerenciais de forma aberta e intentam se constituir como hegemônicos no mundo neoliberal. Configuram-se, dessa maneira, como Aparelhos Privados de Hegemonia sob a égide do capitalismo avançado, em um processo marcado pelo aprofundamento crescente da precarização do trabalho. O conjunto das transformações econômicas e sociais em curso converge para o desmonte de direitos trabalhistas, fenômeno que se articula à desprofissionalização docente e às condições cada vez mais degradantes de trabalho impostas tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. O momento deve ser de conscientização ao mesmo tempo em que devem ser realizados debates sobre as condições históricas que afetam a educação.

Referências bibliográficas

ADRIÃO, Theresa; ARAUJO, Felipe. Privatização da educação no contexto de financeirização da economia: a indução da oferta educacional privada por fundos de investimentos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v.17, 2023. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v17/1981-1969-jpe-17-e86124.pdf. Acesso em 03/02/2026.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, vol.30, n.108, p.799-818, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03/02/2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo Regime Fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.1, 16 de dezembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dez. de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional comum Curricular**. Brasília, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. UFMG, **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.134, p.293-303, maio-ago. 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9Rr mKBx7MngxzBfWgcF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02/02/2026.

FARIAS, A. M. **O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional no Estado do Paraná**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 18, p.1-27, 2023. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 13/02/2026.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v. 3: Maquiavel, nota sobre o estado e a política**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo :Edições Loyola, 2006.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. **Revista Paradigma**, vol. XLIV, Edição Temática Nro. 4: Políticas Educacionais em Tempos de Mercantilização, set. 2023, p. 34-60. Disponível em: <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p34-60.id1495>. Acesso em:04/02/2026.

MASSON, Gisele; LIMA, Michelle Fernandes. Aparelhos privados de hegemonia: estratégias de atuação nas políticas de formação continuada de professores. **Educação em foco**, vol.30, n. Dossiê Temático, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2447-5246.2025.v30.48587>. Acesso em: 14/02/2026.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã. Crítica do Estado**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; Belinelli, Leonardo. **Estado e democracia. Uma introdução ao estudo da política**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.